

CAMINHOS PARA COMBATER O CAPACITISMO NO BRASIL

O filósofo brasileiro Raimundo Teixeira Mendes, em 1889, adaptou o lema positivista "Ordem e Progresso" não só para a Bandeira Nacional, mas também para a nação que, no contexto hodierno, enfrenta significativos estorvos para o seu desenvolvimento. Lamentavelmente, entre eles, os caminhos para combater o capacitismo no Brasil representa uma antítese à máxima do símbolo pátrio, uma vez que tal postura ressalta na desordem e no retrocesso do desenvolvimento social. Esse lastimável panorama é calçado na inoperância estatal e tem como consequência a exclusão social destes indivíduos.

De início, há de se constatar a débil ação do Poder Público enquanto mantenedora da problemática. Acerca disso, o filósofo inglês Thomas Hobbes, em seu livro "Leviatã", defende a incumbência do Estado em proporcionar meios que auxiliem o progresso da coletividade. As autoridades, contudo, vão de encontro com a ideia de Hobbes, uma vez que possuem um papel em relação à incapacidade funcional em exercer a força de trabalho igual a um ser humano "normal". Esse cenário decorre do fato de que, assim como pontuou o economista norte-americano Murray Rothbard, uma parcela dos representantes governamentais, ao se orientar por um viés individualista e visar a um retorno imediato de capital político, negligência a conservação de direitos sociais indispensáveis, como o direito à igualdade. Logo, é notório que a omissão do Estado perpétua o capacitismo no Brasil.

Por conseguinte, engendra-se o preconceito e a normalização de pessoa com deficiência. Posto isso, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, 8 de cada 100 brasileiros é portador de alguma deficiência, sendo que, estes, 7 de cada 25 são incluídos nas empresas. Diante de tal exposto, a ideia de que não pode cumprir as mesmas habilidades que um ser humano "comum" ainda é muito difundido no cenário atual, gerando por sua vez dogmas e paradigmas na qual distancia a pessoa à adentrar e socializar em locais fundamentais garantidos na Constituição Federal, como a escola e praças públicas. Logo, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar.

Depreende-se, portanto, que é mister a atuação governamental no entrave aos ideais capacitistas. Assim, a fim de insercer mais indivíduos tanto nos espaços de socialização quanto nas empresas, e também moldar o pensamento ao verem esses deficientes por um lado mais pessimista, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Justiça, uma criação de normas e procedimentos na qual possam conviver em sociedade da maneira igualitária. Tal ação deverá ocorrer por meio da elaboração de leis e campanhas de publicidades. Somente assim, com a conjuntura de tais ações os brasileiros verão o progresso referido na Bandeira Nacional Brasileira como uma realidade.